



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL CRÍTICO

GESSYCA ANNE DA SILVA BARACHO¹

RESUMO

Este artigo reflete os desafios na construção do perfil crítico na formação em Serviço Social, a partir da Teoria Social crítica. A educação superior no Brasil compreendida no contexto do capitalismo requer estratégias fortalecedoras das dimensões profissionais e do Projeto Ético Político, bases na formação comprometida com a classe trabalhadora e entendedora das contradições e movimentos do real.

Palavras-chave: Educação Superior, Formação Profissional. Serviço Social

ABSTRACT

This article reflects the challenges in building a critical profile in Social Work training, based on critical Social Theory. Higher education in Brazil understood in the context of capitalism requires strategies that strengthen the professional dimensions and the Political Ethical Project, bases on training committed to the working class and understanding the contradictions and movements of reality.

Keywords: Higher Education. Professional Training. Social Work.

1. INTRODUÇÃO

O debate que envolve a educação superior e o Serviço Social, tem se configurado num tema que se destaca em virtude das demandas postas na realidade do movimento do capital, particularmente, no que se refere ao formato que se intensifica diante das metamorfoses que sofre ao longo tempo e seu alargamento para diversos campos da sociedade.

Nesse sentido, o neoliberalismo e seus ordenamentos trazem para as políticas sociais um

¹ Universidade Estadual do Tocantins



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sentido de controle e manutenção da ideologia dominante, um processo que se aprofunda diante da atual conjuntura de crise que se vivencia e da qual a Formação Profissional em cursos como Serviço Social não se distancia deste encadeamento.

Nessa direção, o raciocínio que se constrói advém de questionamentos reflexivos, que também partiram do cotidiano da docência em cursos de Serviço Social, particularmente com a pergunta: o que te faz estar aqui hoje? A proposta deste artigo, corresponde no momento de reflexão crítica da temática que envolve o Ensino Superior no Brasil e o Serviço Social, considerando a percepção de que na contemporaneidade se vivencia tempos de grandes desafios na construção de perfis profissionais críticos no âmbito da formação profissional.

Inicialmente serão tratadas considerações sobre o modelo de educação proposto na lógica do capitalismo. No segundo momento serão apresentadas reflexões sobre a educação superior no Brasil, considerando os aspectos históricos para tratar a expansão e desenvolvimento relacionado ao avanço do neoliberalismo e os rebatimentos para o Serviço Social.

Em terceiro, apresenta-se a discussão da Formação Profissional em Serviço Social, a partir do debate que permite reflexão crítica da conjuntura advinda com a precarização do ensino superior e que se apresenta na realidade com fortes tendências no sentido de moldar as direções na Formação de Assistentes Sociais e na construção de perfis críticos no tempo presente.

2. O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAPITALISMO

Na compreensão da conjuntura que envolve o debate da política social de educação e a Formação Profissional, apresenta-se como ponto de partida as discussões de Faleiros (2001) ao tratar acerca dos desafios para a pesquisa em Política Social. Embora a reflexão particularize o objeto da pesquisa em políticas sociais no contexto da globalização, as discussões que se apresentam na abertura dos escritos, tratam de fazer provocações sobre a produção do discurso científico, indicando que o saber está permeado pelo campo de disputas, perseguições e resistência.

Um dos destaques do autor refere-se a idéia de que “o conhecimento não é só legitimado por regras estabelecidas, mas também por sua capacidade de desconstruir o consenso estabelecido, isto é, por sua capacidade de crítica” (FALEIROS, 2001, p. 55). Retomando o pensamento de Habermas (1982), no que confere a tradição marxista, Faleiros (2001, p. 55) sinaliza que, para além da apropriação conceitual, as consequências que o saber opera no real



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contribuem de forma significativa para o aprendizado do homem, daí a idéia de considerar esta perspectiva histórica na discussão da produção de conhecimento, já que o mundo atual carrega consigo as marcas da globalização, expressa com a velocidade da internet e as bases informacionais.

Nessa lógica, a política social de educação e a formação profissional têm sido, também, expostas e atravessadas por um conjunto de contradições considerando o contexto do modo de produção capitalista. É fundamentado nesta relação, que o debate de Faleiros (2001) se apresenta e questiona o saber e a produção de conhecimento na sociedade globalizada. Assim, compreender a realidade brasileira é perceber que ela não está alheia aos processos globais, que se observa “[...] à redução do papel do Estado e a ampliação do mercado no processo econômico e na implementação de políticas e de gestão social” (FALEIROS, 2011, p. 56).

Outro destaque importante mencionado pelo autor trata-se das mudanças nas bases de produção da sociedade, o que implica na idéia de um capitalismo fundado no conhecimento, na pesquisa e contraditoriamente no desemprego diante da recessão econômica e o mínimo de orçamento para as políticas sociais. É neste contexto que, também, a política social de educação e a formação profissional tem se configurado.

Para Faleiros (2001, p. 68) as transformações ocorridas no modo de produção capitalista, bem como na sociedade trazem novas exigências para as políticas sociais, em que no contexto do capital financeiro a ênfase na empregabilidade do sujeito trata de considerar a formação profissional “sob o ângulo da competitividade no mercado para geração de renda ou sob o ângulo da inserção na atividade para incremento de benefícios sociais” (FALEIROS, 2011, p. 68).

Assim, assiste-se cada vez mais a uma lógica esvaziada do processo de formação, que aponta como elemento mais relevante a busca de um lugar e uma vida ideal vislumbrada no modelo do capitalismo. Nesse sentido, Educação, enquanto política social será neste estudo refletida e particularizada como temática que apresenta em sua delimitação os desafios na formação profissional em Serviço Social no contexto global marcado pela lógica capitalista.

Os estudos de Coelho, Carino, e Vieira (2010) ao tratarem sobre a política de educação superior brasileira com recorte para o Serviço Social, possibilitam uma análise do processo de formação profissional, com destaque para o papel da educação superior no contexto do capitalismo, a mercantilização do ensino e os rebatimentos para o Serviço Social.

Na análise da política social de educação os autores destacam o caráter estratégico e social para o Estado capitalista, expressando a contradição de ser instrumento de controle e ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mesmo tempo de atendimento a demanda. Essa condição fundamental para compreender as políticas sociais de uma forma geral tem fomentado as pesquisas neste campo e não alheia a este processo, a política social de educação no Brasil e os desdobramentos para a formação profissional.

Para Coelho, Carino, e Vieira (2010), a funcionalidade da educação superior para a lógica capitalista, se encontra no que destaca Frigotto (2006) ao salientar a idéia de ajuste do sistema educacional aos moldes do mercado. Os autores identificam nas políticas educacionais do regime militar dois objetivos, a saber, a qualificação mínima para o processo produtivo, com o aumento na oferta do ensino fundamental e as condições para a qualificação de recurso humano com a expansão do ensino superior, com a abertura de universidades federais em muitos estados e instituições privadas, ainda sem controle do governo.

Ainda considerando o pensamento de Frigotto (2006), os autores delineiam que essa dinâmica permite que a educação se apresente como um investimento, desprendida do teor político, social, filosófico e ético, para ser voltada aos critérios do mercado, se configurando como mercadoria que tem no alunato seus consumidores. Outro destaque importante para esta compreensão é visto na referência que os autores fazem ao pensamento de Pereira (2008) ao apontar que a educação torna-se um *instrumento da ideologia hegemônica*, em que desde a Revolução Francesa já possuía suas bases ancoradas na concepção de mundo burguesa.

Para Coelho, Carino, e Vieira (2010), a sinalização é de que o avanço do capitalismo vem ao longo do tempo atrelado a uma força de trabalho que necessita de “competência”, ou seja, qualificação para atender o mercado, assim, a reestruturação produtiva se configura como um momento que exige do trabalhador níveis superiores de escolarização. Na realidade brasileira os autores destacam a conjuntura que carrega as marcas do mercado excludente, com investimentos cada vez menores para as políticas sociais e maiores para a manutenção do capitalismo.

Nesse sentido, tem-se uma polarização, que como ressalta os autores - a partir da reflexão de Lima (2007) - de que a precarização do ensino escolar motiva a ampliação de privatizações nesta área e, assim, o ensino superior no governo de Fernando Henrique Cardoso e Lula, foram adequados para atender as necessidades do capitalismo, ou seja, a expansão do setor privado concede um novo sentido as políticas sociais, bem como a educação.

Observamos que a mercantilização da educação superior brasileira é marcada pela necessidade de inserção dos países periféricos na economia mundial através da privatização interna das universidades públicas e da abertura para a criação de novas instituições de ensino superior (IES) privadas como um elemento ideológico constitutivo do projeto neoliberal, que reduz a responsabilidade do Estado no que diz respeito às políticas sociais e possibilita a criação de novos espaços mercantilizados. (LIMA, 2007 APUD

COELHO, CARINO, E VIEIRA, 2010, p. 343).

Na reflexão dos autores, bem como no trecho citado é possível observar o contexto que se configura em países como o Brasil, que ao caminhar nos passos do neoliberalismo, se insere numa dinâmica contraditória que precariza o público e investe no privado, evidenciando no decorrer dos anos 1990 os contornos das políticas neoliberais e a intenção de atender interesses imersos na dinâmica do modo de produção capitalista.

Apesar desta breve indicação dos rumos da política de educação tratado por Coelho, Carino, e Vieira (2010) e Faleiros (2001), compreende-se o compromisso que está posto tanto no campo da luta, quanto na resistência, contribuindo para o processo formativo e instigando na leitura crítica das conjunturas vivenciadas ao longo da história e nesse sentido, a educação superior no Brasil atrelada a ideologia neoliberal precisa ser problematizada no contexto da política pública.

3. REFLEXÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Tratando-se das discussões acerca do financiamento do ensino superior no Brasil Cislaghi (2012) evidencia alguns aspectos históricos que sinalizam a expansão e desenvolvimento relacionada ao avanço do neoliberalismo. Dessa forma, destaca a criação tardia das universidades brasileira pontuando a criação da Universidade do Rio de Janeiro a partir de 1920, situação que coloca o país como o último da América a criar ensino superior universitário.

A conjuntura analisada por Cislaghi (2012) chama atenção para a década de 1950 diante da necessidade de ampliação da escolarização da classe trabalhadora, já que as taxas de urbanização e industrialização eram crescentes no país. A autora indica que o período do regime militar será marcado por acordos com organismos internacionais e a demanda, principalmente, da classe média por ensino superior assim:

Percebe-se na reforma universitária do regime militar uma expansão de vagas, respondendo às pressões da ampliação da demanda tanto pela classe média quanto pelo sistema econômico que necessitava de recursos humanos. (CISLAGHI, 2012, p.264).

De acordo com Cislaghi (2012, p.264-265) o contexto de expansão do ensino universitário no período analisado caminhava na contramão da contenção dos recursos públicos destinados, que para autora barateava o ensino no Estado mediante a introdução da lógica empresarial na gestão, momento este em que, também, o ensino privado se expande, no entanto, “ampliando

vagas de baixa qualidade, na sua maior parte ocupadas por trabalhadores mais pobres.”.

Nesta análise, a autora destaca que as propostas da reforma universitária no período do regime militar apresentam semelhanças com o que se discute no pós-Constituição, permanecendo a ampliação de vagas no ensino superior em conformidade com a lógica do neoliberalismo. No decorrer da década de 1990 Cislighi (2012) destaca que a contrarreforma do ensino superior estava vinculada com as orientações de organismos internacionais como Banco Mundial.

Importante notar as reflexões da autora ao evidenciar que neste contexto “A universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a ela sucedeu a universidade funcional, adaptada para as necessidades do capital” (CISLAGHI, 2012, p.267), ou seja, na ótica neoliberal permanece a priorização do econômico que possa suprir a demanda que movimenta o capital e nesse sentido, a qualificação da força de trabalho torna-se funcional ao modo de produção vigente.

Assim, Cislighi (2012) apresenta na análise dos anos 2000 a intensidade na definição de novos parâmetros na contrarreforma do ensino superior para a expansão mais acelerada do acesso. Nesse contexto, a autora destaca o incentivo governamental que vincula formação da força de trabalho com a busca de coesão social, ou seja, capacita-se o trabalhador, aumenta a produtividade e reduz a pobreza.

Nas políticas para o ensino superior, a autora apresenta, ainda, três mecanismos fundamentais na privatização do fundo público, a saber, a transferência de recursos direta para o setor privado mediante programas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Fundações de apoio nas universidades públicas e os contratos de gestão implementados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de ensino Superior (REUNI).

Em suma Cislighi (2012) reflete em suas análises que embora tenham sido pensadas a expansão de vagas no ensino superior público, como nas propostas do REUNI, a priorização do governo permanece na manutenção do favorecimento do ensino privado, ou seja, a autora indica a não alteração das características do ensino superior no Brasil, já que prevalece a privatização e subfinancia-se as universidades públicas e, assim, caminha-se na contramão da educação enquanto um direito social dos trabalhadores.

Debruçando-se sobre os estudos que envolvem as tendências da reforma universitária, em particular a Formação Profissional em Serviço Social, considerando a ótica neoliberal, Lewgoy, Maciel e Reidel (2013) destacam o contexto histórico da educação superior no Brasil e os rebatimentos para o Serviço Social.

Para os autores, a crise do capital intensificada nos anos 1970, além de agravar a desigualdade social, ocasionou a necessidade de propagação do mesmo, também, no ensino superior. Lewgoy, Maciel e Reidel (2013) mencionam, ainda, a implementação no país de uma orientação inspirada no neoliberalismo a partir da década de 1980, com grande estímulo de organismos internacionais. Destacam neste estudo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que para as políticas sociais ocasionaram em muitas perdas, uma vez que os direitos foram transformados em serviços para o mercado e a educação não se distanciou deste processo.

Para estes autores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) permitiu alterações no ensino superior, destacando-se o Ensino a Distância (EAD), estimulado politicamente a partir de 2003 e implementado, particularmente, nos cursos de Serviço Social em 2006. Nesse sentido os autores sinalizam as contradições que envolvem o projeto de reforma universitária, já que a proposta foi para fortalecer a universidade pública e aumentar significativamente o número de instituições privadas. Lewgoy, Maciel e Reidel (2013) relacionam esta situação ao projeto neoliberal recomendado pelos organismos internacionais.

Destaca-se os fatos históricos salientados pelos autores como o documento do Banco Mundial do ano de 1999 que fala sobre as estratégias para a educação na América Latina e Caribe, “a educação é vista como instrumento de preparação para o mercado de trabalho e de dominação ideológica associada a visão de mundo empresarial.” (LEWGOY, MACIEL E REIDEL, 2013, p. 95-96).

Conforme os autores, os cursos de graduação a distância em Serviço Social foram autorizados a funcionarem desde 2004, porém isso ocorre de maneira efetiva em 2006 e a partir de então o processo de expansão desta modalidade de ensino foi se intensificando. Lewgoy, Maciel e Reidel (2013)

O resgate desse contexto, permite aos autores pensarem sobre os desafios que se colocam para os assistentes sociais no que se refere a formação profissional. A preocupação com a formação de assistentes sociais culminou, em movimentações da categoria contrários à modalidade EaD, obtendo como uma das conquistas a formulação coletiva em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) da Política Nacional de Estágio (PNE).

Articulada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que tem por base o pensamento crítico a ABEPSS, ao dispor sobre as diretrizes curriculares do referido curso, vem sinalizando tópicos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundamentais acerca da formação profissional no sentido de buscar superar as fragmentações do ensino e aprendizagem, apontando para a lógica curricular sustentada no tripé dos conhecimentos, os quais são constituídos pelos núcleos de fundamentação da profissão, a saber, o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos, o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. (ABEPSS, 2015).

Lewgoy, Maciel e Reidel (2013) indicam que o ano de 2010 pode ser considerado como a expansão desenfreada do ensino superior nesta modalidade à distância, uma vez que as matrículas somaram 930.179 em todo país e no mesmo período, 14 instituições (apenas uma pública) de ensino superior ofertavam o curso EaD. Informa os autores que Pedagogia, Administração e Serviço Social eram os cursos mais procurados.

Importante notar, que nesta análise os autores destacam para a produção de conhecimento que possa abranger a formação profissional em Serviço Social, considerando as tendências e desafios que se apresentam. Neste sentido, compreende-se a importância de estudos e reflexões que possam contribuir para fortalecer o pensamento crítico no processo formativo de assistentes sociais.

4. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL CRÍTICO

Ao analisar o Serviço Social na cena contemporânea no marco das grandes transformações que vêm alterando a economia, a política e a cultura na sociedade brasileira, lamamoto (1998) chama atenção para esta conjuntura que irá moldar as novas condições de trabalho do Assistente Social, requisitando um repensar coletivo do exercício e da formação profissional, assim como construir respostas acadêmicas aos desafios dos novos tempos.

A autora reproduz a hipótese de trabalho que adota desde o início da década de 1980 ao chamar atenção para o fato de que o exercício do Serviço Social exige a compreensão crítica presente na tradição marxista. Para lamamoto (1998) as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais para o assistente social exercer o seu trabalho, contribuindo para iluminar a leitura da realidade. “O conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho” (IAMAMOTO, 1998, p.63).

Nesse sentido, lamamoto (1998) evidencia a compreensão de que o Serviço Social

interfere na reprodução da força de trabalho mediante serviços sociais previstos em programas das mais variadas áreas, e aqui é possível citar aos campos da Saúde, Educação, Habitação, Assistência Social. Conforme a autora esta intervenção reflete sobre as condições de sobrevivência social dessa população (trabalhadora).

Compartilhando da premissa evidenciada por Iamamoto (1998) de que no Serviço Social a compreensão crítica na contemporaneidade demanda dos recursos da tradição marxista, Sant'ana e Silva (2013) tecem comentários sobre a importância deste debate tanto para a produção de conhecimento quanto para a formação profissional no Serviço Social.

Desta forma, os autores destacam o método na teoria social de Marx e de suas expressões nos fundamentos do Serviço Social. Para Sant'ana e Silva (2013, p. 183) a referida teoria “não pode ser entendida como um conjunto de receitas científicas que, corretamente aplicadas, conduzem a determinado saber acadêmico-téorico”. Para os autores, no método em Marx, a realidade não se revela de forma natural e imediata, pois necessita da desconstrução, ou seja, requer a racionalidade crítica para a projeção de ações reais no mundo material e nesse sentido, “os homens possuem um papel ativo (embora relativo) na construção da realidade, já que ajudam a construir a sua própria história [...] não fazem a história como desejam, mas como podem fazê-la”. (SANT'ANA E SILVA 2013, p. 1886-87).

Os autores sinalizam ainda as diversas contradições envolvidas neste processo de desconstrução e construção, entre estas, as lutas por interesses de classes sociais reais, o estabelecimento de ideologias e a reconstrução de mediações que podem manter ou transformar a realidade. Estas reflexões são enfatizadas por Sant'ana e Silva (2013, p. 190) como “uma riqueza imensurável ao Serviço Social, necessária para sua sobrevivência crítica como profissão dentro de suas contradições”.

Destaca-se o cuidado ressaltado pelos autores com o estabelecimento do diálogo crítico entre *uma tradição ontológico-dialética e revolucionária* e uma profissão com a gênese vinculada ao pensamento conservador, à gestão da pobreza e às contradições sociais presentes na estrutura da ordem burguesa. Esta evidência permite ressaltar a discussão proposta neste estudo, uma vez que a preocupação com a formação profissional em Serviço Social em moldes de ensino que não ofereçam condições básicas para acessar as orientações do método crítico dialético irão comprometer o trabalho árduo de constituição de um Serviço Social crítico voltado para a construção de novas relações sociais, iniciado há quase 50 anos.

Conforme Sant'ana e Silva (2013, p. 190), embora o debate com a tradição marxista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reconheça os limites objetivos da profissão mediante a inserção na divisão social e técnica do trabalho é preciso retomar a premissa abordada por Yamamoto (1994; 2007) de que tal condição não implica na direção social reduzida à reprodução da ordem. Nesse sentido, ressaltam que as dimensões teórico-metodológica e ético-política necessitam compor o fazer profissional permitindo, sobretudo, o exercício crítico e questionador.

Para os autores, destaca-se a necessidade da maturidade teórico-política, sendo esta “fundamental para evitar as expectativas messiânicas que cultivem a idéia de que a profissão será capaz de reverter situações que não são de sua responsabilidade, identificando o que de fato ela pode fazer” (SANT’ANA E SILVA 2013, p. 194). Decerto, uma das propostas desta reflexão é, também, a defesa da qualidade na formação profissional, uma vez que “exige um repensar do ser social no mundo para além de uma simples qualificação profissional”.(SANT’ANA E SILVA 2013, p. 199)

Acompanhando este debate que defende a importância da contribuição da teoria social de Karl Marx, Yazbek (2009) aponta algumas tendências históricas e teórico-metodológicas no debate profissional ao tratar sobre a direção social da profissão. Para a autora, este processo de interlocução com a tradição marxista, proporciona um debate plural no diálogo com diferentes tendências e o pluralismo - problematizado por Coutinho (1991) - é uma das questões do tempo presente sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista nesse processo.

Acriação e expansão da pós-graduação, particularmente, com os cursos de mestrado e doutorado é identificado pela autora como elemento que não somente impulsionou a produção teórica do serviço social brasileiro, mas que se configuram como espaços fundamentais de interlocução do Serviço Social com diversas áreas do saber e obtendo avanços na compreensão de temas como: Estado Capitalista, dos Movimentos Sociais, Processo de Trabalho e Políticas Sociais.

Para Yazbek (2009) a consolidação do Projeto Ético Político, teórico-metodológico e operativo sob influência marxista em diálogo com outras matrizes, coloca-se como um desafio à profissão neste milênio. A direção social deste projeto de profissão relaciona-se com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética em 1993, diretrizes curriculares, em 1996 e a legislação que regulamenta o exercício profissional. Todos destacando além do anti-capitalismo, o anti-sexismo e o anti-racismo.

Estes debates, além de permitirem pensar sobre o questionamento que se apresenta à profissão na sua relação com a teoria social de Karl Marx, também, parecem propor a importância

de se conhecer as diversas realidades que compõe o contexto de formação, principalmente, ao analisar a relação com o direcionamento social dado ao exercício profissional.

Nesse sentido, Silva (2013) ao refletir sobre o diálogo do Serviço Social com a teoria marxista, apresenta algumas reflexões acerca da formação profissional inserida no contexto da ordem burguesa e aos comandos do capital financeiro, em que se pode observar o aprofundamento do que denomina como *novas e velhas* tensões no entorno do debate.

Ao sinalizar quatro consequências do processo de produção e reprodução do capital, a saber, o crescimento do desemprego e dos contratos de trabalho precário, reorganização dos estados nacionais, reposicionamento da “questão social” e a banalização dos direitos sociais; o autor pontua que ao discutir a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais é preciso considerar esta complexa conjuntura.

Diante disso, Silva (2013) ressalta os limites na formação profissional, com informações voltadas para a intervenção com teoria reduzida de teor eclético, “Perde-se, então, o ponto de vista de totalidade, adota-se uma razão instrumental, operativa, reduz e reendita-se um tipo de ‘saber profissional’, restrita a mínima sistematização de assuntos [...]” (SILVA, 2013, p. 127).

Para além de identificar o sincretismo presente na profissão, Silva (2013) aponta, também, os rebatimentos para uma formação precarizada que inviabiliza a discussão no campo das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Para o autor, o conhecimento e a formação permanente neste contexto, “não superam o nível da assessoria esporádica, dos cursos rápidos e fragmentados [...]” (SILVA, 2013, p. 129).

Nesse sentido, Silva (2013) evidencia a reflexão de Imamamoto sobre as dificuldades atuais da formação profissional, já que perpassa pela graduação, pós-graduação em suas modalidades (presencial e à distância) e conseqüentemente contribui para o processo do que Lukács (1891) menciona como “decadência ideológica”, evidenciado pela autora como condição geral da pesquisa científica neste contexto, destacando Silva (2013, p. 240) o grande desafio que está posto na busca por garantias na qualidade de uma formação comprometida com a profissão e com a defesa do projeto ético político.

5. CONSIDERAÇÕES

Esta breve reflexão caminhou no raciocínio de refletir sobre a Educação Superior e o Serviço Social, considerando os desafios para a construção de perfis profissionais críticos no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tempo presente. Estas aproximações temáticas, ainda que nesta proposta passíveis de limitações, permitem contribuir para o contínuo exercício do processo de pensar e repensar criticamente todo e qualquer espaço de atuação profissional de assistentes sociais.

Entender de forma articulada as estruturas da sociedade capitalista em que estão inseridas as políticas sociais, a formação e o trabalho de assistentes sociais, ampliam as possibilidades de não apenas compreender que a ideologia neoliberal segue no processo para manter seu ideal conservador, como também para fortalecer o pensamento crítico quanto ao compromisso com a direção social da profissão de seguir na contramão deste processo.

A reflexão do contexto neoliberal em que se insere a dinâmica da Educação Superior no Brasil, apresenta-se como um dos elementos necessários para compreender em que caminhos o Serviço Social tende a ser direcionado e esses rebatimentos adentram a formação profissional expressando no ensino os formatos ligeiros, acríticos, burocráticos e servindo ao capital e sua direção conservadora.

A formação profissional, aqui particularizada como proposta de reflexão, requer pensar em estratégias constantes de resistência ao conservadorismo para manter fortalecido o Projeto Ético Político da profissão, portanto, priorizar caminhos para o pensamento crítico na perspectiva da totalidade e na tríade ensino-pesquisa-extensão e as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como base da formação comprometida com a classe trabalhadora e entendedora das contradições e movimentos do real corresponde na tarefa constante.

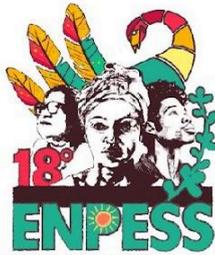
Nesse sentido, a questão que se apresentou como um dos elementos instigadores deste processo de escrita reflexiva no âmbito da formação profissional em Serviço Social é também um convite aos profissionais, docentes e discentes que vivenciam ao longo dos últimos anos nesta luta pelo fortalecimento de tudo que foi construído nesta profissão: o que te faz estar aqui hoje?

REFERÊNCIAS

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do Ensino Superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do Fundo Público. In: In: SALVADOR, Evilásio. [et. al.]. **Finaceirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez. 2012.

COELHO, A. T. V.; CARINO, J. F.; VIEIRA, R. et. al. Política de Educação Superior Brasileira e Serviço Social. **Revista de Políticas públicas**. São Luis-Ma, p. 341-346, 2010.

FALEIROS, Vicente. Os desafios para a pesquisa em Política Social. **Ser Social**. n 9, p.53-75, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação Profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S.; REIDEL, T., A Formação em Serviço Social no Brasil: contexto, conformação e produção de conhecimento na última década. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF, Ano 13, n. 25 – Jan/Jun. 2013.

PEREIRA, Potyara, A. P. As Vicissitudes da Pesquisa e da Teoria no Campo da Política Social”. **Ser Social**. n 9, p.77-93, 2001.

SANT’ANA; R. S.; SILVA; J. F. S. O Método na teoria Social de Marx: e o Serviço Social?. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF, Ano 13, n. 25 – Jan/Jun. 2013.

SILVA, José F. S. da, Serviço Social e mundialização do capital: trabalho e formação profissional em tempos de acumulação flexível. In: **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013, p. 119-277.

YAZBEK, Carmelita. Os Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social Brasileiro na Contemporaneidade. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.